



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: UOL

Data: 10/02/2015

Caderno/Link: <http://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2015/02/10/usp-assina-acordo-no-mp-por-causa-de-trotes-na-esalq.htm#fotoNav=9>

Assunto: USP assina acordo no MP por causa de trotes na ESALQ

USP assina acordo no MP por causa de trotes na Esalq

Para evitar problemas na volta às aulas, no dia 23 deste mês, a direção da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), instituição da USP (Universidade de São Paulo), assinou um termo no Ministério Público se comprometendo a combater os trotes no campus que fica em Piracicaba (SP). O local teve nos últimos meses denúncias de violência e abuso sexual entre os alunos, sendo o assunto objeto de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Assembleia Legislativa de São Paulo. Mas para este ano, visando evitar que calouros sofram nas mãos dos veteranos, uma séria de medidas será colocada em prática.

Haverá campanhas de conscientização por parte da Esalq nesse início de ano letivo e promotores de Justiça estarão presentes no local falando em palestras aos estudantes e acompanhando o ambiente universitário. Um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) foi assinado e prevê ainda outras ações para enfrentar e apurar os trotes. Os 430 novos alunos terão já no início das aulas a "Semana de Integração aos Ingressantes", quando serão orientados sobre a vida na USP e os canais de denúncia caso tenham algum problema no convívio acadêmico. "O trote não é um valor da nossa instituição e seremos ainda melhores sem ele", afirmou em nota Luiz Gustavo Nussio, diretor da Esalq.

De acordo com relatos dos próprios alunos, a entrada para o campus de Piracicaba costumava ser de muita violência. Um estudante denunciou que teve um produto jogado no corpo que causou queimaduras e até prejudicou os movimentos. Já uma ex-aluna disse ter sido abusada em uma república. Para evitar novas situações do tipo, foi definido na reunião com o Ministério Público que casos que acontecerem fora do campus também terão repercussão interna, ou seja, as repúblicas serão consideradas extensão da universidade. Já os estudantes envolvidos em trotes serão objeto de sindicância com o risco de serem expulsos. Os alunos da Esalq, através do Centro Acadêmico, divulgou documento em favor de medidas para "coibir práticas opressoras realizadas por estudantes dentro e fora da universidade".

O presidente da CPI que apura denúncias de trotes nas universidades paulistas, deputado Adriano Diogo (PT), esteve ontem em Piracicaba. Além da Esalq, ele foi até a Câmara Municipal. A Casa aprovou a realização de audiência pública também para tratar do assunto. A comissão presidida por Diogo encerra os trabalhos em 14 de março, ocasião em que apresentará o relatório final propondo, entre outras coisas, que trote seja considerado crime de tortura.